

## DUAS CONCEPÇÕES ACERCA DA ECONOMIA COLONIAL BRASILEIRA

Caio Cobianchi da Silva (UEM)

**Resumo:** Este trabalho pretende analisar duas possibilidades interpretativas acerca do Brasil colonial. Inicialmente, refletiremos sobre a interpretação de Caio Prado Júnior e depois apresentaremos os estudos de João Luís Fragoso, que vêm sendo realizados desde a década de 1990, associados à *Escola do Rio*. O objetivo é proporcionar ao pesquisador da América portuguesa uma base de apoio bibliográfica.

**Palavras-chave:** Brasil colonial; Caio Prado Júnior; João Luís Fragoso.

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar duas perspectivas acerca da economia colonial brasileira, que serão representadas pelas obras: *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Júnior e *Homens de Grossa Aventura* de João Luís Fragoso. Enquanto Caio Prado tem por foco a dependência da colônia em sua relação com o comércio exterior, Fragoso observa suas estruturas internas, afirmando inclusive a existência de uma relativa autonomia frente às oscilações do mercado externo. Fragoso confrontou a tese “caiopradiana”, de modo que essa retomada dos estudos coloniais proporcionou não apenas a emergência de novos elementos, mas também o surgimento de novas abordagens.

Em razão da divergência em torno dos aportes teórico-metodológicos utilizados na investigação do Brasil colonial, observemos um trecho da Introdução de *O Antigo Regime Nos Trópicos*, obra em que seus autores destacam a natureza da revisão historiográfica que vem se realizando:

é fruto de uma perspectiva historiográfica inovadora que vem surgindo e se impondo em teses de doutorado e dissertações de mestrado, e sendo cada vez mais discutida em seminários acadêmicos e na própria sala de aula dos institutos e departamentos de história de nossas universidades. Dito de outra forma, os diferentes capítulos do nosso livro buscam apresentar uma nova abordagem de antigos temas de história portuguesa e colonial. Mais especificamente, seus autores discutem e analisam o “Brasil-Colônia” enquanto parte constitutiva do império ultramarino português. Propõe-se, ainda, a compreender a sociedade colonial e escravista na América enquanto uma sociedade marcada por regras econômicas, políticas e simbólicas de Antigo Regime.

Em realidade, trata-se de propor uma nova leitura historiográfica que não se limite a interpretar o “Brasil-Colônia” por meio de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo, seja sublinhando sua posição periférica – e com isto privilegiando os antagonismos colonos versus metrópole – seja enfatizando o caráter único, singular e irredutível da sociedade colonial escravista.

[...] O que esse livro propõe de diferente é uma rediscussão – a partir de novos parâmetros conceituais e de novas perspectivas teóricas – de algumas teses acerca das relações econômicas e das práticas políticas, religiosas e administrativas imperiais. Ele busca responder a algumas questões que vêm sendo colocadas pelas pesquisas e pela experiência

docente de seus autores: **como desfazer uma interpretação fundada na irreduzível dualidade econômica entre a metrópole e a colônia?** (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, p. 21, 2001) [grifos nossos]

O que se nota na passagem acima selecionada é mais que uma desarmonia quanto à perspectiva analítica das antigas abordagens (aquelas relacionada a Caio Prado e seus “discípulos”), é uma consciência dessa desarmonia e a intenção de destacá-la e de contrapô-la, no sentido de denunciar sua superação. O objetivo aqui, no entanto, não será pontuar o debate, o que se segue é uma análise das obras mencionadas anteriormente, mostrando como a historiografia do período colonial se modificou entre a primeira metade do século XX e a contemporaneidade.

## **CONSIDERAÇÕES ACERCA DE *FORMAÇÃO***

Tanto Caio Prado, quanto Celso Furtado e Fernando Novais são considerados autores do “sentido da colonização”, sustentam a tese de que o desenvolvimento da economia colonial é subordinado ao interesse metropolitano e as transformações dessa economia são decorrentes desta subordinação. Vale notar que esse “sentido” foi encontrado por Caio Prado, pois, estava ligado à forma com que ele compreendia seu presente, o ambiente político e econômico que caracteriza o Brasil de sua época. Nas palavras do historiador Claudinei Mendes:

[...] tratava-se de um autor que não desejava nem o socialismo, nem o capitalismo, pelo menos na sua forma liberal. Combateu, por isso, essas duas perspectivas. Motivado por esse posicionamento, buscou formular uma interpretação da história do Brasil que embasasse sua posição política. Daí sua caracterização de colônia como produção para o mercado externo. Sua superação seria, então, o seu oposto ou contrário, ou seja, uma produção voltada para o mercado interno. Assim, em última instância, foi seu posicionamento diante das questões da sua época que o levou a encarar a história do Brasil da maneira como o fez. (MENDES, 2011, p. 85).

Constatamos que a interpretação encontrada por Prado Júnior para se entender a história do Brasil estava intimamente ligada à sua postura diante dos eventos presentes e ainda à sua postura política e disposição ao convencimento. “Se ele analisa a época colonial, é unicamente para buscar elementos que lhe permitam fazer uma reflexão sobre o conjunto da nossa história e oferecer uma direção para o desenvolvimento do Brasil” (MENDES, 2008, p. 70).

A compreensão deste período em específico, que é o fim do sistema colonial, se torna importante, pois, nas palavras de Prado: “aquêl momento se apresenta como um termo final e resultante de toda nossa evolução anterior” (1961, p. 14). *Formação* não é, contudo, uma obra sobre o período colonial em exclusivo, mas abarca a história do Brasil em sua totalidade, desde sua vinculação com a história europeia até os dias em que a obra é produzida. Assim, seria preciso entender o período colonial e o que dele resultou para se compreender a formação do Brasil contemporâneo. Prado Jr. estava preocupado em explicar como o Brasil do século XX havia se constituído.

Já nos primeiros parágrafos de *Formação* (1961, p. 5-6), Caio Prado assinala que o início do século XIX representa o resultado da colonização e início de um processo essencial para se entender o Brasil contemporâneo. Um processo de renovação, que começou com a separação entre colônia e metrópole, mas que significava os primeiros passos para o estabelecimento de uma economia autônoma.

Vale notar que, para Caio Prado, o processo de transformação iniciado no começo do século XIX ainda não havia se concluído em seus dias, ou seja, não houve uma ruptura brusca com o passado colonial. Exemplo disso, segundo ele, é que instituições que se constituíram no período de colonização, como o trabalho forçado, a produção extensiva destinada ao mercado externo, conseqüentemente um mercado interno deficiente, as relações de classe de cunho colonial entre outras, ainda estavam presentes em sua época (1961, p. 6-7).

Desta forma, Caio buscou fazer uma síntese do Brasil colonial, podendo assim considerá-lo passado que ainda se apresentava. Estava ainda projetando um futuro já iniciado. Podemos ver na sua obra um entrelaçamento entre passado, presente e futuro. Mencionados alguns anacronismos (trabalho forçado, fraco mercado interno e etc.), o autor, tendo por fonte depoimentos de viajantes estrangeiros do século XIX, nos mostra que na visão destes o Brasil era atrasado. A questão é que problemas encontrados nos séculos anteriores ainda persistiam no tempo segundo Caio Prado. Entre esses estão as queixas encontradas em documentos de 1770 (Roteiro do Maranhão a Goiás) e de 1824 (Corografia histórica), acerca da precariedade da agricultura brasileira (1961, p. 8). Com isso, Caio Prado expõe elementos que permitem caracterizar o molde "Brasil colônia" pensando no que deve ser superado e nas transformações desejadas.

Após a Introdução de sua obra, o historiador segue com o capítulo intitulado "sentido da colonização". Para Caio Prado a história do Brasil possuía um sentido, conseqüência dos desdobramentos da história europeia, que era atender às necessidades comerciais externas ao próprio país. O comércio, portanto, era visto como eixo central da história colonial. Vamos nos atentar mais a essa questão.

Nas palavras de Prado: "todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo "sentido"". O conjunto dos fatos "[...] se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação". Assim, "[...] todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo" (1961, p. 13). É assim que o autor pensou a história do Brasil, a colonização portuguesa na América é simplesmente resultante dos desdobramentos do mundo moderno, ou seja, apenas parte de um todo muito mais complexo. Não poderia se pensar a história do período colonial dissociada de seus antecedentes, dos processos que culminaram no descobrimento e que lhe atribuíram o sentido de sua evolução.

Assim teria se estabelecido o ambiente voltado às necessidades alheias. Caio Prado caracteriza o ambiente, sobretudo a partir da efetiva escravização negra, como formado em larga escala por grandes unidades produtoras com muitos trabalhadores subordinados a ela (1961, p. 23). Grande propriedade, monocultivo e trabalho escravo eram as principais instituições coloniais.

Vejamos Caio Prado parafraseando uma de suas fontes, que infelizmente possui um autor desconhecido, mas que permite entender as raízes desse pensamento.

[...] as colônias existem e são estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole; este benefício se realiza pela produção e exportação, para ela, de gêneros de que necessita, não só para si própria, mas para comerciar com o supérfluo no estrangeiro; que, finalmente, o povoamento e organização das colônias deve subordinar-se a tais objetivos, e não lhes compete se ocuparem em atividades que não interessam o comércio metropolitano. Admite no máximo, mas como exceção apenas, a produção de certos gêneros estritamente necessários à subsistência da população e que seria impraticável trazer de fora (PRADO JUNIOR, 1961, p. 120).

Concluimos que o ponto de partida da análise de Caio Prado é a relação conflituosa entre Metrópole e Colônia; a divergência de interesses entre os agentes dos dois lados do Atlântico; a ideia de exploração da colônia; a ênfase na produção voltada para fora e na dependência do mercado externo. Essa análise assume um caráter de denúncia na medida em que Caio Prado defendia a consolidação do mercado interno brasileiro via intervenção estatal. O passado colonial era visto como sinônimo de atraso e precisava ser superado, portanto, seu posicionamento político em prol de uma economia autônoma em conflito com o capitalismo liberal, ou mesmo o socialismo, o levou a compreender a história do Brasil de uma forma específica postulada em *Formação*.

## **CONSIDERAÇÕES ACERCA DE *HOMENS DE GROSSA AVENTURA***

Fragoso não foi o primeiro a tecer críticas à interpretação de *sentido* da colonização, Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender entre outros, já haviam questionado alguns aspectos de tal interpretação. No entanto, é a denominada Escola do Rio, da qual faz parte João Luís Fragoso, que fez críticas mais incisivas no intuito de romper com as antigas abordagens, portanto, com a análise “caiopradiana”.

Para compreendermos a obra *Formação* de Caio Prado Júnior foi preciso entender o projeto político que almejava o autor, pois, ele estava se posicionando frente a questões de sua época e assim elaborando uma interpretação que embasasse seus argumentos. Acontece, porém, que não há na obra de Fragoso um projeto político explícito. O que podemos considerar é a clara tentativa de contrariar as interpretações clássicas acerca da colonização do Brasil.

Vale ressaltar que a historiografia contemporânea já não tem o caráter ensaístico como no século XX, ou seja, não está tão preocupada em formular uma teoria capaz de explicar o passado e o presente a fim de projetar o futuro. A análise globalizante perdeu espaço para uma abordagem mais específica no tempo e no espaço, mesmo que esta acabe contribuindo para uma melhor compreensão do todo.

O historiador Claudinei Mendes expõe algumas características da nova historiografia do Brasil colonial que podem nos auxiliar na compreensão de *Homens de Grossa Aventura*, nela há “o abandono da visão de conjunto da história, em que passado, presente e futuro estejam interligados”, “a preferência por estudos localizados, regionais ou setorializados, abandonando-se a prática de se tratar do Brasil como um todo” e ainda “trata-se de uma história baseada em farta documentação com o intuito de contrapor-se aos ensaios, acusados de generalistas” (2011, p. 105-106).

A caracterização do Brasil colônia pelo tripé monocultura, latifúndio e escravismo é resultado da ideia de *desenvolvimento para fora*, ora, se nossa economia tinha sua razão de existência determinada pelas demandas europeias, são esses os três elementos que melhor satisfazem às necessidades impostas. Se a demanda europeia era por açúcar, então a colônia produziria, sobretudo, o açúcar, as necessidades internas não condicionavam a produção, a economia se voltava para fora e ficava a mercê das flutuações do mercado externo.

Fragoso vem questionar a dependência externa logo no início de sua obra. Ora, nos anos entre 1792 e 1815 a economia brasileira estava em pleno acordo com a economia internacional. No entanto, entre os anos 1815 e 1817 a economia

européia entra em crise, ficando em recessão até 1850. Se nos guiarmos pela teoria do *sentido da colonização* a economia brasileira também decairia. Não é o que acontece, “o que observamos é uma tendência de alta nas flutuações coloniais e, portanto, uma não-equivalência às tendências internacionais”. Mais que isso, “esses desempenhos se dão na época de montagem da agricultura cafeeira no Médio Vale do Paraíba do Sul” (FRAGOSO, 1998, p. 18-19). Ou seja, não podemos medir a dinâmica da economia colonial tão somente pela sua subordinação ao comércio exterior.

Podemos afirmar então que a economia colonial brasileira era totalmente independente? Não! Na Introdução da obra (FRAGOSO, 1998, p. 25), Fragoso ressalva que o escravismo e a exportação eram traços estruturais mais amplos da economia, mas, esta, no entanto, era mais complexa do que os modelos explicativos tradicionais pressupunham, possuía outros traços estruturais como: outras formas de produção, para além da escravista, e um mercado interno que permitia acumulações endógenas.

Como foi possível então essa relativa independência da colônia frente às conjunturas externas? Como se deu a acumulação endógena de capital e a estruturação de formas de produção que escapassem ao monocultivo latifundiário escravista? Tudo isso só possível, segundo Fragoso, devido ao caráter não capitalista da economia colonial. É através de pressupostos teóricos marxistas que o autor vai fazer essa diferenciação.

O que configura uma sociedade capitalista é o fato do “trabalhador direto e o dono dos meios de produção serem iguais, terem, a princípio, os mesmos direitos jurídicos e políticos”. Condições estas que não encontramos na sociedade colonial, já que o trabalhador direto não é dono de si mesmo, pertence a outrem, ao seu senhor. Nem mesmo o cidadão comum possui os mesmos direitos que o homem de primeira classe. Até mesmo na era imperial encontramos a fraqueza da sociedade civil. Há claramente uma hierarquia política determinada pelo *status* social ocupado pelo indivíduo na sociedade (FRAGOSO, 1998, p. 30-31).

Outro traço importante num modo de produção capitalista é que “a produção de trabalho não remunerado mercantilizado é, simultaneamente, a produção e a reprodução de relações sociais especificamente capitalistas”, assim, “Marx identifica na produção da mais-valia o segredo do capitalismo, já que ela significa a própria reprodução da sociedade considerada” (FRAGOSO, 1998, p. 31-32). Em outras palavras, o burguês ao extrair a mais-valia do trabalhador, reinveste o capital nas formas de produção capitalistas, o que permite a reprodução desse sistema. Já na colônia não acontece o mesmo, pois:

no escravismo colonial, a produção mercantil do sobretrabalho não é, simultaneamente, a produção e reprodução das relações sociais. Não basta que o trabalho excedente retorne à produção para que esteja garantida a recorrência do sistema estudado. Na verdade, esse trabalho não-remunerado deve ser destinado também a outros tipos de investimentos, que representem a recorrência do mundo hierarquizado a que nos referimos. Nesse sentido, temos as aplicações de grandes fazendeiros e comerciantes de grosso trato na aquisição de extensos plantéis de escravos domésticos, no uso de foros de fidalguia e nas doações pia às instituições religiosas. São fenômenos da mesma categoria a permissão dada pelos grandes fazendeiros a lavradores pobres para se instalarem em suas terras, sem a contrapartida de uma renda fundiária, ou ainda os investimentos dos comerciantes de grosso trato na constituição de fortunas rentistas (aquisição de prédios urbanos), fato que lhes permitia se afastarem do mundo do trabalho. Por último, temos o progressivo abandono dos grandes

senhores de terras e de escravos do mundo dos negócios, ou seja, a sua não-preocupação – a partir de um certo patamar de riqueza e poder – em ampliar indefinidamente os seus bens econômicos. Esses fenômenos retratam uma sociedade onde a produção e o uso mercantil do sobretrabalho não são fins em si mesmos; mais do que isso, esse sobretrabalho deve tomar outras direções, para que tal sistema possa se reproduzir (FRAGOSO, 1998, p. 32-33).

São, portanto, essas instituições não capitalistas que permitem uma dinâmica própria da economia colonial, sua reiteração e relativa autonomia. A reiteração física das unidades agrárias se dava menos pelo lucro, do que pela vontade dos negociantes em “aristocratizar-se”, ou seja, de adquirirem posição de prestígio na sociedade. A acumulação endógena de capital advinda das relações mercantis não era necessariamente reinvestida no mercado, mas sim na aquisição de terras e escravos. Podemos buscar as raízes históricas dessa reiteração em Portugal, ora, a burguesia portuguesa viu na era dos descobrimentos mais uma oportunidade para aristocratizar-se, adquirindo prestígio social por meio da aquisição terras, do que uma oportunidade de se reinvestir nos negócios mercantis.

Um dos pontos ressaltados por Fragoso, que vai alterar a própria essência da colonização portuguesa na América, é o caráter não capitalista da própria metrópole portuguesa. Ora, a sociedade era ainda essencialmente aristocrática. No entanto, essa estrutura só podia ser reiterada através dos investimentos mercantis, já que o campesinato conformava apenas um terço da população (FRAGOSO, 1998, p. 80). Podemos entender melhor essa situação retrocedendo à Revolução de Avis.

Em 1383, quando D. João tomou o poder com o apoio popular, da pequena nobreza e da burguesia, a sociedade passou por algumas transformações. Recém-afetados pela depressão agrária, a centralização do Estado foi a saída encontrada para se livrar da crise, sendo que tal mecanismo possibilitava tanto a arrecadação de impostos sobre o total da população como o investimento do Estado e da nobreza nos negócios ultramarinos. Assim, três estamentos se destacam: O Estado, passando a atuar como empresário, a aristocracia, disposta a se mercantilizar, e a burguesia, que via agora a possibilidade de aristocratizar-se, ou seja, de alcançar uma posição almejada na sociedade. Portanto, o investimento nos negócios do além-mar tinha por objetivo: “o surgimento e a manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado e a hegemonia do fidalgo-mercador e de sua contrapartida, o mercador-fidalgo” (FRAGOSO, 1998, p. 81).

Quando vimos que o mercador que se estabeleceu na colônia estava mais interessado em reinvestir seu capital em negócios para além do mercado, estávamos observando uma prática já recorrente na metrópole, pois lá se a burguesia buscava reinvestir seu capital em negócios rentistas, o Estado, atuando como empresário e inibindo a atividade privada, incentivava o crescimento da burocracia e não da produção, portanto “surge como variável fundamental para a reprodução da sociedade pré-capitalista” (FRAGOSO, 1998, p. 81). Ainda resta nos questionar: como se firmaram esses mercadores em terras coloniais?

Portugal “se apresenta como um país pequeno, com escassos recursos materiais ou financeiros”, ou seja, “não tem capacidade de abastecer o Brasil em alimentos e manufaturados” e em razão disso “não pode monopolizar em exclusivo os tráficos atlânticos”. Percebemos, então, “restrições à plena execução do exclusivo colonial enquanto mecanismo de apropriação e transferência de excedente econômico da economia colonial”. Esse quadro teria permitido “uma produção

mercantil de alimentos, de uma camada de mercadores residentes, e, ainda, a possibilidade de retenção de excedente colonial” (FRAGOSO, 1998, p. 84-85).

Tudo isso vai possibilitar que o tráfico atlântico seja comandado por comunidades de mercadores locais nas terras coloniais. Esses mercadores encontram a possibilidade de acumular capital, se tornando a classe econômica dominante da colônia. Por meio do capital acumulado se tornam fornecedores de crédito e até mesmo senhores de terras e escravos (FRAGOSO, 1998).

Outro fator apresentado por Fragoso (1998) em relação à dinâmica interna da economia colonial, nos mostra que as regiões mais dedicadas à agroexportação seriam aquelas que menos produziam alimentos para o abastecimento, como o arroz, o feijão, o milho e o trigo. Para subsistir, a *plantation* fluminense, por exemplo, recorreria ao mercado interno nas mais diversas regiões da colônia. Na verdade, foram se criando regiões especializadas na produção de determinados produtos destinadas cada uma a regiões específicas. Vemos assim que a própria reiteração da atividade agrária exportadora era dependente de uma estrutura interna.

Como exemplo desse tipo de região dedicada ao abastecimento, Fragoso expõe a situação dos distritos de Cabo Frio e Inhorim, especializados em alimentos como farinha de milho e mandioca. Segundo os dados levantados pelo autor, a população escrava dessas zonas girava em torno de 40% do total da população, proporção muito semelhante às regiões açucareiras como Campos, onde girava em torno de 59%. Portanto, “o trabalho escravo não estaria unicamente ligado à *plantation*” (FRAGOSO, 1998, p. 121).

Percebemos que na colônia foram se estabelecendo redes de comércio que abasteciam as mais variadas capitânicas e também seus engenhos, tudo isso permitia que mesmo que a exportação perdesse espaço, a economia colonial continuasse em movimento (FRAGOSO, 1998).

O excedente produzido pelos ramos de produção ligados ao abastecimento era comercializado no mercado interno, tanto no sentido de atender as demandas das *plantations*, quanto no sentido de adquirir escravos por meio do tráfico atlântico. Ou seja, a reprodução desses ramos se dá em meio ao mercado interno, o que abre margem para a acumulação endógena já que parte do sobretrabalho das grandes lavouras era retida na colônia (FRAGOSO, 1998).

Concluimos que os estudos de Fragoso permitiram modificar a compreensão até então vigente do Brasil colonial, as linhas gerais do seu pensamento podem ser observadas nos seguintes pontos:

- a) A expressividade das produções voltadas para o mercado interno frente às exportações – essa informação nos indicaria o peso das acumulações endógenas coloniais (reiteração das produções ligadas ao abastecimento interno) diante da agroexportação;
- b) A não-coincidência entre as flutuações coloniais e as conjunturas do mercado internacional – fenômeno que apontaria para a relativa autonomia da economia colonial, possuindo ela o seu próprio ritmo de reprodução, frente às conjunturas das economias dominantes no mercado internacional;
- c) A existência de uma hierarquia econômica como pano de fundo das operações feitas no mercado colonial (particularmente no mercado interno) – essa hierarquia demonstraria a presença de um restrito grupo de negociantes que, apropriando-se de parte do excedente, gerado nas acumulações endógenas e na reiteração da agroexportação, controlaria o processo de reprodução da economia colonial (ou, pelo menos parte dele), fato que o transformaria no grupo econômico dominante dessa economia. (FRAGOSO, 1998, p. 40/41)

## CONCLUSÃO

É clara a intenção da historiografia contemporânea, representada por historiadores como João Fragoso, Manolo Florentino e Sheila de Castro Faria, em contrapor a interpretação de *sentido da colonização*. Vimos que Fragoso não negou o caráter essencial escravista e agroexportador da colônia, mas reduzi-la ao tripé monocultura, latifúndio, escravismo, em sua concepção, seria um equívoco. No seu lugar, entraria uma colônia onde se vê inclusive uma complexa rede de abastecimento, escravos ligados não só às grandes lavouras, mas também àquelas voltadas ao sustento, inclusive dos latifúndios, além de mercadores locais responsáveis pelo controle do tráfico atlântico, fornecendo crédito e investindo na aquisição de terras e de escravos. Fatores esses que possibilitariam uma estabilidade econômica relativamente independente das oscilações do mercado internacional.

Apesar da obra *Homens de Grossa Aventura* trazer elementos novos para o entendimento do Brasil colônia, não podemos simplesmente contrapô-la de forma à obra *Formação do Brasil contemporâneo*. A partir do momento em que as tratamos como fonte, se torna necessário considerar qual o contexto em que se deu a produção, quais os propósitos dos historiadores com elas, quais os seus limites entre outras coisas, considerações estas que escapam ao nosso objetivo para este trabalho.

Entre as duas interpretações, no entanto, percebemos o deslocamento do foco na relação metrópole/colônia para uma análise das estruturas internas da colônia. De um lado, a economia era caracterizada por “colonial”, em oposição à “nacional”; do outro, temos uma economia não capitalista. É importante considerar que a crítica de Fragoso não se restringiu à análise de Caio Prado, mas também às análises de Celso Furtado, Fernando Novais, entre outros. Mesmo que tais historiadores se aproximem em muitos pontos, cada interpretação possui traços específicos, por isso, fizemos aqui uma análise das duas obras, lembrando que, mesmo sendo possível observar as divergências, não foi nosso intuito contrapô-las diretamente, nem mesmo esgotar a análise de nossas fontes.

## REFERÊNCIAS

FRAGOSO, João Luís Ribeiro Fragoso. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João L. R.; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MENDES, Claudinei M. M. *Política e História em Caio Prado Júnior*. São Luís: UEMA, 2008.

\_\_\_\_\_. A historiografia brasileira relativa à colonização: novas tendências. In: MENEZES, Sezinando L.; PEREIRA, Lupércio A.; MENDES, Claudinei M. M. (orgs.).

*Expansão e consolidação da colonização portuguesa na América*. Maringá: Eduem, 2011.

\_\_\_\_\_. Caio Prado e a interpretação da colonização do Brasil. In: MENEZES, Sezinando L.; PEREIRA, Lupércio A.; MENDES, Claudinei M. M. (orgs.). *Expansão e consolidação da colonização portuguesa na América*. Maringá: Eduem, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.